



## **MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE CÂMARA MUNICIPAL**

### **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE, REALIZADA NO DIA 15 DE FEVEREIRO DE 2017.**

**Nº. 4/2017**

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: Francisco José Caldeira Duarte, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e António João Fernandes Colaço, António José Rosa de Brito, Paulo Jorge Maria do Nascimento, e Carlos Alberto Camacho Guerreiro Pereira, na qualidade de Vereadores.

#### **ABERTURA DOS TRABALHOS**

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 14,40 horas.

#### **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

Tomou a Câmara conhecimento da resposta dada pelo Sr. Presidente da Câmara à “declaração política” proferida pelo Sr. Vereador António José de Brito, na última reunião desta Câmara Municipal relativa ao tarifário de águas, saneamento e resíduos para 2017, que a seguir se transcreve:

“Em Declaração “Política” subscrita por um dos vereadores do PS foi suscitada a questão de existir um “grave incumprimento” do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água do Município de Castro Verde, nomeadamente o seu artigo 76º sobre a aprovação dos tarifários, pelo que não podia ser aplicado o novo tarifário em 2017.

O alegado incumprimento devia-se ao facto de existir um desfasamento temporal entre a deliberação da Câmara (21.12.2016) e o preceituado no Regulamento (aprovação até ao termo do mês de Novembro).

A deliberação da Câmara referida procedeu à modificação dos tarifários de abastecimento de água, de águas residuais e de resíduos urbanos. Não obstante o Regulamento relativo às Águas Residuais (artigo 63º) e o Regulamento relativo aos Resíduos Urbanos (artigo 51º) conterem normas iguais, as mesmas não suscitaram quaisquer dúvidas não tendo sido colocada a questão da entrada em vigor dos respetivos tarifários.

Importa desde já referir que a dinâmica de aprovação dos tarifários se inicia com uma comunicação da ERSAR sobre os procedimentos a seguir, com indicação, entre outros dados, do índice Harmonizado de Preços aos Consumidores para a sua aplicação ao tarifário, bem como a

indicação data prevista (15 de outubro) para a submissão no módulo da regulação económica do projeto tarifário para 2017.

Mais se refere que o Município de Castro Verde submeteu no prazo previsto o seu projeto tarifário devendo a deliberação da Câmara da sua aprovação ser posterior à receção do parecer da entidade reguladora. Acontece que o Município de Castro Verde só em Janeiro (data do ofício da ERSAR de 4.1.2017) recebeu o Parecer, pelo que considerando que os regulamentos citados prescrevem que os novos tarifários entrariam em vigor a 1 de janeiro, optou por antes do final do ano submeter o assunto a deliberação da Câmara, o que aconteceu em 21.12.2016.

Prescrevem ainda os Regulamentos em causa que a *“informação de alteração do tarifário acompanha a primeira fatura subsequente à sua aprovação”*, o que aconteceu na medida em que a fatura emitida relativamente aos consumos de janeiro é acompanhada de informação sobre as novas tarifas.

Prescrevem ainda os citados Regulamentos que *“a alteração de tarifários (...) tem de ser comunicada aos utilizadores antes da respetiva entrada em vigor”* o que aconteceu com a publicação do edital nº. 116/16 de 22/12/2016,

Concluiu-se portanto que a questão suscitada não tem qualquer fundamento e visa apenas causar perturbação e descentrar o debate do que é essencial relativamente à posição da Câmara que procedeu apenas a ajustamentos tarifários com base na taxa de inflação e redução das tarifas no caso das autarquias locais e entidades sem fins lucrativos, enquanto a ERSAR no seu Parecer defende que os tarifários de abastecimento de água e de gestão de resíduos urbanos *“podem ser aumentados de forma a melhorar o grau de recuperação de custos por via tarifária, em cenário de eficiência, e sem comprometer o acesso aos serviços”*, posição que este município se recusa a adotar.”

Alertou o Sr. Vereador António José de Brito para a necessidade de se equacionar a colocação de um outro espelho refletor no cruzamento da Rua da Batalha com a Rua Campo de Ourique, em Castro Verde, criando assim uma maior visibilidade para quem tem que cumprir o sinal de stop.

O Sr. Vereador António João Colaço lembrou que a colocação de um outro espelho tem que ser ponderada face à assimetria dos respetivos arruamentos.

Informou a seguir o Sr. Vereador Paulo Nascimento que conforme informação que prestou na reunião anterior a agendada sessão de apresentação, no dia 8 do corrente mês, da Estratégica Nacional de Educação 2020, não se realizou por indisponibilidade do Sr. Ministro do Ambiente.

Informou igualmente que estão a decorrer reuniões setoriais com vista a programação dos jogos concelhios no corrente ano.

Deu o Sr. Presidente conhecimento da recente visita ao concelho de uma delegação da Câmara Municipal do Maio (Cabo Verde), cujos principais objetivos foram o aprofundar de relações entre ambos os Municípios, nas áreas da agricultura, do empreendedorismo, do património e do turismo, com visitas ao IN Castro, ao Parque de Campismo, ao Complexo Desportivo e ao Museu da Ruralidade, em Entradas.

#### **ORDEM DO DIA**

- **Aprovação da ata da reunião anterior:**

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia da ata da reunião anterior, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-a à consideração dos

restantes membros e, não havendo qualquer proposta de alteração, submeteu-a a votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

## **ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL**

### **1. - Informações:**

Deu o Sr. Presidente conhecimento do despacho que proferiu, no uso da competência que lhe é conferida pela alínea a), nº. 2, do artigo 35º da Lei nº.75/2013, de 12 de setembro, que determinou a concessão de tolerância de ponto, no próximo dia 28 de fevereiro de 2017 (dia de carnaval) para os serviços municipais, salvaguardando-se contudo o funcionamento normal dos serviços do cemitério, do parque de campismo e dos serviços de piquete.

### **2. - Expediente:**

Tomou a Câmara conhecimento do seguinte expediente:

- Carta do Cônsul Geral de Portugal em Sevilha, agradecendo o apoio prestado por esta Câmara Municipal ao programa de atividades realizadas no quadro da apresentação em Sevilha da 13ª Edição do Festival “Terras Sem Sombra”, do Baixo Alentejo.
- Ofício da Casa Civil do Presidente da República, acusando a receção e agradecendo o voto de pesar manifestado por esta Câmara Municipal pelo falecimento do Dr. Mário Soares.
- “E-mail” do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português dando conhecimento da questão que colocou ao Ministro da Agricultura sobre eventuais sanções a explorações agrícolas que recorrem a trabalho escravo e ilegal.
- “E-mail” do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dando conhecimento da sua proposta legislativa para o aproveitamento pelas Autarquias dos imóveis do Estado devolutos ou subutilizados.

## **DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANÍSTICA E AMBIENTAL**

### **Obras e Loteamentos Municipais:**

#### **1.- Concurso público para a execução da empreitada de construção do Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade – Entradas**

- **Relatório final de análise das propostas:**

Apreciou a Câmara o relatório final de análise das propostas apresentadas ao concurso público em referência, elaborado pelo respetivo júri, no qual dá conta a seguinte ordenação das mesmas:

1º. – ICEBLOCK- Sociedade de Construções SA – 130.850,00 €

2º. – CONSDEP – Engenharia e Construção SA – 134.004,40 €

3º. – M.TOMÉ Construções Ld.ª. – 138.015,66 €

Face ao exposto, o júri deliberou, por unanimidade, com base na análise efetuada, propor a adjudicação da referida empreitada ao concorrente ICEBLOCK – Sociedade de Construções SA, pelo valor de 130.850,00 € (cento e trinta mil, oitocentos e cinquenta euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, como um prazo de execução de 240 (duzentos e quarenta) dias.

Apreciado o assunto, a Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, adjudicar a execução da empreitada de construção do Pavilhão de Reservas do Museu da Ruralidade, em Entradas ao concorrente melhor classificado, a ICEBLOCK – Sociedade de Construções SA, conforme proposto pelo júri do respetivo concurso.

## **2.- Autorização de procedimento para abertura de concurso público para execução da empreitada de construção do Centro de Viola Campaniça, Artes e Ofícios de Castro Verde:**

Conforme proposta formalizada pelo Gabinete de Planeamento e Gestão de Contratos, deliberou a Câmara, por maioria, com as abstenções dos Srs. Vereadores António José de Brito e Carlos Alberto Camacho Pereira, autorizar o procedimento da abertura de concurso público para adjudicação da empreitada de construção do Centro de Viola Campaniça, Artes e Ofícios de Castro Verde, aprovando o respetivo, programa de concurso e caderno de encargos, o qual prevê, nomeadamente, o valor do contrato no montante de 530.000,00 € e a execução dos trabalhos no período de 365 dias.

Justificou o Sr. Vereador António José de Brito a respetiva abstenção com a seguinte declaração de voto:

“A criação de um Centro de Viola Campaniça, Artes e Ofícios em Castro Verde é uma decisão compreensível mas, na nossa óptica, uma opção errada e que, neste momento, não consideramos prioritária no concelho.

O volumoso investimento que representa, na ordem dos 530.000,00 euros [preço base do concurso], na nossa opinião não se compagina com o actual quadro financeiro que atravessa a Câmara Municipal. E, mesmo considerando o respectivo financiamento comunitário, entendemos que existem outras intervenções bastante mais urgentes.

Bem sabemos que os fundos comunitários disponíveis no âmbito do PEDU [Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano] não permitem a integração de determinadas acções [como por exemplo a reabilitação da rede de águas, que achamos absolutamente prioritária!], mas há certamente outras medidas, enquadradas na esfera da reabilitação urbana, que se justificariam muito mais neste momento.

Por outro lado, julgamos que seria possível criar o Centro de Viola Campaniça, Artes e Ofícios em Castro Verde recorrendo a equipamentos já existentes na vila e que, desse modo, prestariam à população novas e proveitosas competências.

Não é essa a opção da CDU.  
Respeitamos, mas não podemos concordar.”

### **Obras particulares/outros:**

- **Projetos de arquitetura:**

Apreciou a Câmara os projetos de arquitetura apresentados por André Filipe Dâmaso Dourado, para alteração e ampliação da sua habitação, sita na Rua António Aleixo nº.4, em Castro Verde, e por Ricardo Jorge Condinho de Carvalho, para construção de habitação na Rua da Horta nº. 13, em Entradas, após demolição do existente.

A Câmara em face dos pareceres emitidos sobre os mesmos pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprová-los.

## **DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

### **1.- Atribuição dos Apoios Económicos aos Estudos do Ensino Superior**

#### **- Apreciação e votação da proposta da Comissão de Análise das Candidaturas:**

Foi presente a proposta formulada pela Comissão de análise e apreciação/seleção das candidaturas às Bolsas de Estudo do Ensino Superior, na qual propõe o seguinte:

- Que, a exemplo do que aconteceu com outros apoios sociais concedidos pela Autarquia, adote uma medida de fortalecimento do apoio social, indexando a exclusão das candidaturas a um valor superior a 1,7 (712,67 €) do IAS (Indexante aos Apoios Sociais), adotando temporariamente para o ano letivo de 2016-2017 a alteração à alínea a) do ponto 2 do Art.º 5º do Regulamento, a exemplo do que aconteceu na atribuição das bolsas de estudo no ano letivo anterior, e conforme deliberação da Assembleia Municipal para esse efeito.
- Que nos termos do artigo 8º., pontos 1 e 2, do Regulamento Municipal de Apoio aos Estudos do Ensino Superior, que se pondere a manutenção da atribuição de bolsa ao candidato João Filipe Guerreiro Tomé, uma vez que o mesmo não teve aproveitamento escolar no ano letivo anterior mas por motivos devidamente comprovados.
- Da análise do universo das candidaturas foram apresentadas as referentes a Cursos Técnicos Superiores Profissionais, um novo regime que funciona nos estabelecimentos de ensino superior, pelo que a Comissão propõe, nos termos do artigo 8, pontos 1 e 2 do referido regulamento, que seja atribuída bolsa aos alunos Pedro Miguel Correia Duarte, João Filipe Guerreiro Tomé e Catarina Alexandra Nascimento Guerreiro.

Apreciado o assunto, Câmara deliberou, por unanimidade e nominalmente, aprovar o proposto pela Comissão em causa e submete-lo à apreciação e votação da Assembleia Municipal.

### **2. - Concessão de subsídios**

#### **• À Associação do Povo dos Aivados**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“Núcleo Museológico “Aldeia Comunitária | Museu da Ruralidade

Apoio à Associação do Povo dos Aivados

No âmbito da promoção do conceito de museu do território, o Museu da Ruralidade tem vindo a desenvolver uma ação de criação de pólos, descentralizados pelo espaço territorial do concelho, privilegiando uma abordagem e trabalho em torno de temáticas que têm uma ligação direta à identidade e às dinâmicas das comunidades onde se inserem.

A especificidade comunitária da aldeia dos Aivados levou a que, em Janeiro de 2015, o Município de Castro Verde, a União de Freguesias de Castro Verde e Casével e a Associação do Povo dos Aivados, promovessem a criação de um espaço museológico que tivesse como objeto específico a natureza comunitária desta localidade.

Com dois anos de existência, o Núcleo Museológico dos Aivados – Aldeia Comunitária, assume-se hoje como um instrumento importante para a dinamização da aldeia, seja ao nível urbanístico, seja social ou económico, como testemunha a presente proposta.

Com o objeto de garantir o funcionamento, a promoção de atividades e a planificação do futuro, as três entidades celebraram um acordo de cooperação, aprovado na reunião da Câmara Municipal de Castro Verde, no dia 14 de Outubro de 2015.

Assim, tendo presente os fundamentos expressos na introdução e considerando o Acordo de Cooperação, bem como a alínea b), da cláusula 2ª, e em resposta à solicitação anexa, propõe-se a atribuição de um apoio de 7.500 € à Associação do Povo dos Aivados para realização de obras necessárias à ampliação do Núcleo Museológico.

Importa informar, que as obras acontecerão no prédio cedido ao Museu da Ruralidade, propriedade da Associação do Povo dos Aivados, e que, no âmbito da parceria, integram uma intervenção mais alargada, promovida pela Junta de Freguesia da União de Freguesias de Castro Verde e Casével, que incidirá sobre a revalorização urbanística do largo onde se situa o Núcleo Museológico, incluindo a construção de instalações de sanitários públicos.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder à Associação do Povo dos Aivados o apoio financeiro no montante de 7.500 €, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, autorizando o respetivo pagamento.

- **À Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento:

“A Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde solicitou à Câmara Municipal de Castro Verde um apoio financeiro para o desenvolvimento das iniciativas que integram o Plano de Atividades do ano letivo 2016 – 2017.

Na sequência dessa comunicação, foi solicitado o envio de um exemplar do Plano de Atividades, conforme documento anexo.

Assim, em resposta à solicitação, propõe-se a atribuição de um apoio de 500 € para comparticipar atividades a promover pela Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde no presente ano letivo.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, conceder à Associação de Estudantes da Escola Secundária de Castro Verde o apoio financeiro no montante de 500 €, conforme proposto pelo Sr. Vereador Paulo Nascimento, autorizando o respetivo pagamento.

### **3. - Concessão/renovação de cartões sociais:**

Com base na informação nº. 111 da Divisão da Ação Social, Educação, Cultura e Desporto, e respetiva documentação anexa, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente o seguinte:

- Conceder cartões sociais a: Alfredo Pires Anacleto e Romeu Vargas Galamba, residentes em São Marcos da Ataboeira; Adelina Domingos Vaz Custódio, residente no Beringelinho; Cristiane Gomes Lira Barros Valentim e Maria Fernanda dos Santos Guerreiro, residentes em Casével; e a Vera Lúcia Patacas Pinheiro, residente nos Geraldos, todos no escalão A.
- Renovar os cartões sociais de: Ivan Smozhanyk, residente em A-do-Corvo; Florinda Maria Guerreiro, residente em Piçarras; Vitalina da Conceição Guerreiro, residente em Casével, todos no escalão A; de Maria Joaquina Palma, residente em Almeirim; e de Maria Alexandrina Costa Rosa Luz Jorge, residente em Castro Verde, ambas no escalão B.

### **4. - Plano de Coordenação de eventos relativos ao Festival “Entrudanças 2017”:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador António João Fernandes Colaço:

“Os grandes eventos, quer pelas suas dimensões, quer pelas suas características lúdicas, socio culturais, público-alvo, entre outros fatores, são suscetíveis de desencadear uma grande mobilização de gente que se concentra no local do evento, acrescendo a probabilidade de ocorrência de situações anómalas e inusitadas.

Face a esse fenómeno, torna-se necessário constituir um dispositivo de prevenção e resposta integrado no âmbito da prevenção e socorro, adequada ao risco acrescido, com elevado grau de prontidão.

Desta forma, a elaboração de Plano de Coordenação (PC) é essencial para a obtenção de um bom planeamento e organização da proteção e socorro que possam surgir.

- Considerando a realização da 14ª. Edição do Festival “Entrudanças” (nos dias 24, 25 e 26 de Fevereiro);
- Considerando que o Festival Entrudanças reúne um número significativo de residentes e visitantes;
- Considerando que a prevenção e o planeamento são a melhor defesa;

Assim, face ao exposto, proponho que a Câmara Municipal aprove o Plano de Coordenação de Eventos relativo ao Festival “Entrudanças 2017”.

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, aprovar o Plano de Coordenação de Eventos relativo ao Festival “Entrudanças 2017”, cujo documento se anexa à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

### **APROVAÇÃO EM MINUTA**

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

### **ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS**

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 15,20 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º da Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.